

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
1991/1995

Nos dias 06 e 07 de julho de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Henrique Santillo, fez a abertura da reunião. Cumprimentou os conselheiros e explicou que não pôde comparecer à Reunião Extraordinária realizada no dia 29 de junho último, pois o Presidente da República o havia convocado para uma reunião naquele mesmo dia. Considerou o Sistema Único de Saúde - SUS um processo em implantação democrática, devendo ser um sistema defendido, mas fortalecendo-se com a identificação de suas irregularidades e imperfeições e a tentativa de correção destas. Acreditou que algumas entidades da área da saúde estivessem querendo mudar o sistema, colocando alternativa de mudanças, mas que não visavam o desmoronamento do SUS. Explicou que o Secretário da Secretaria de Assistência à Saúde, Dr. Gilson de Carvalho, sempre prestava conta do trabalho realizado, mostrando a transparência desta gestão. Explanou que sempre procurava mostrar a dificuldade para o financiamento da saúde, tendo problemas no repasse de recursos para a Fundação Nacional de Saúde, a CEME e o INAN, afim de que pudessem cumprir seus programas. Conseguiu fazer um acordo com o Governo, em relação ao financiamento, mas precisaria trabalhar junto ao Congresso Nacional para inclusão de emenda em relação às assistências médica e ambulatorial do país. Ressaltou a necessidade de programas de informações, visto que estas eram precárias na área da saúde. Explicou que o programa de metas para 1994 não poderia ser cumprido por falta de informações e orçamento. Informou que o Presidente da República havia colocado na Medida Provisória 538 a operacionalização do SUS entre as despesas não comprimíveis. Apontou como um dos meios para enfraquecer o SUS as publicações da Imprensa em relação a sua gestão. Falou sobre a comissão, criada por decreto, para examinar os gastos com saúde no Brasil e suas impropriedades e que o Dr. Gilson Carvalho, Secretário da SAS, havia participado desta Comissão Interministerial. O resultado final deste relatório elaborado por esta comissão havia sido satisfatório, verificando-se possíveis imperfeições, mas o considerava legítimo num processo novo e dinâmico, devendo ser feitas algumas correções no Sistema ao longo do tempo, democrática e descentralizadamente. Houve a constatação de que a Saúde teria poucos recursos, especialmente para a assistência médica. Considerou necessário o avanço da municipalização plena com a transferência de recursos Fundo a Fundo. Achou possível se dilatar os recursos da Saúde sem ferir o plano do Governo. Terminou sua fala demonstrando otimismo em relação à melhora da saúde no País. Os conselheiros presentes cumprimentaram o Sr. Ministro. Ocuparam a palavra, cumprimentando e fazendo algumas indagações ao senhor Ministro os conselheiros Dellape, Aboim, Zilda Arns, Danilo e Swedenberger, tendo este último formulado três questionamentos: resoluções pendentes, ressaltando a resolução da Presbiopia, o andamento da reforma administrativa do Ministério da Saúde e a questão da venda de medicamentos em supermercados e lojas de conveniência. O senhor Ministro respondeu que em relação à Resolução sobre Presbiopia já havia homologado e a mesma estaria na Secretaria de Vigilância Sanitária para últimos ajustes; sobre a Reforma Administrativa informou que já teria enviado à SAF respeitando as deliberações do CNS; em relação à venda de medicamentos, que estava incluída na Medida Provisória 538, disse que havia enviado carta ao Presidente da República demonstrando que estaria a disposição do Governo para os ajustes técnicos desta medida, a resolução do Conselho que tratava do assunto também havia sido encaminhada ao Presidente da República. Com esta fala o Ministro agradeceu aos conselheiros e se retirou. O Coordenador-Geral comunicou ao Plenário que a lista de informes teria sido incluída na pasta dos conselheiros, caso houvesse alguma dúvida em relação aos assuntos abordados nesta listagem os conselheiros

poderiam se reportar à Mesa. O Coordenador-Geral do CNS, Dr. Nelson Seixas, colocou em votação a ata da trigésima sexta reunião. Foi aprovada com alterações do Conselheiro Jocélio e Rosemary. Em seguida o Coordenador-Geral colocou em votação a ata da Reunião Extraordinária, que foi aprovada com acréscimo do Conselheiro Omilton. O conselheiro Omilton solicitou que a Oficina de Trabalho sobre Vigilância Sanitária fosse adiada para a reunião de setembro, no que houve aprovação do Plenário. Passou-se ao Item 01 da Pauta - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS: o conselheiro Jocélio relatou os últimos acontecimentos do Conselho Nacional de Seguridade Social e solicitou que fosse ponto de pauta para a próxima reunião o orçamento de 95. O Dr. Elias Jorge, Assessor Técnico e Financeiro do CNS, apresentou documentos referentes ao orçamento da Saúde. O conselheiro Aboim pediu ao Dr. Elias Jorge que fizesse um esboço do que deveria ser um orçamento definitivo para a Saúde, devendo ser esta uma proposta concreta e definitiva. Em seguida o Dr. Gilson de Carvalho fez a apresentação da Comissão Tripartite, apresentando listagem dos procedimentos de 1992 e 1993, terminando a apresentação do item 03 - CONFERÊNCIAS NACIONAIS ESPECÍFICAS - I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia - O Dr. João Batista Risi Jr. fez a explanação sobre o assunto. Após longo debate entre os conselheiros, o Plenário do CNS aprovou a programação geral, o Regimento Interno e o Plano de Aplicação de Recursos da Conferência. Foram efetuadas alterações na lista de participantes, devidamente negociadas entre uma comissão composta pelos conselheiros: Zilda, Arlindo, Aboim, Newton e Ana Maria, juntamente com o Dr. João Batista Risi Jr, Coordenador da Comissão Executiva da Conferência. Houve ampliação da comunidade científica e tecnológica com conseqüente redução das representações ministerial e legislativa. O Plenário aprovou essas alterações, que seriam introduzidas nos documentos da Conferência, pela comissão executiva da mesma. Findado o assunto passou-se ao Item 2 - ANÁLISE DO DECRETO 1141/94 - O Professor Ulysses Confalonieri, Coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio - CISI, fez a análise do Decreto 1141, que tratava sobre às questões de saúde dos povos indígenas, expondo os motivos das modificações no decreto. O Conselheiro Swedenberger, relator da matéria, concordou com os esclarecimentos dados pelo Professor Ulysses, propondo com isso que fossem aprovadas as Recomendações no. 28 e 29 da CISI, que tratavam justamente das modificações desse decreto e do Estatuto do Índio, respectivamente. O Plenário aprovou as Recomendações no. 28 e 29 da CISI, transformando-as em resoluções. Aproveitou-se para colocar em votação, também, a Recomendação no. 27 da CISI, que tratava de alteração da composição da CISI e que, foi aprovada pelo Plenário. Passou-se ao Item 04 - CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE PESQUISA - O conselheiro Aboim apresentou seu parecer favorável ao credenciamento da Clínica de Obstetrícia da USP. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro Aboim, credenciando a clínica referida. O conselheiro Ferreira não pôde apresentar seu parecer em relação a Clínica Gastroenterológica da UFMG, pois teve que voltar às pressas para Belo Horizonte. Item 5 - COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS - A Dra. Marília Bernardes, coordenadora-geral da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia, apresentou a moção da CICT em relação ao parecer da comissão que realizou o estudo sobre as comissões intersetoriais. Em seguida apresentou a Recomendação que tratava de manifestar a preocupação em estabelecer uma Comissão permanente de Integração Terapêutica. O Plenário entendeu que tanto a Moção quanto a Recomendação da CICT, haviam sido prejudicadas já que essas matérias teriam sido votadas em reuniões anteriores. Recomendação no. 40/94 CT/APAS, que tratava de inclusão de entidades no grupo de trabalho instituído pela Portaria no. 1030, de 31 de maio de 1994. Foi aprovada pelo Plenário. Recomendação no. 41/94 CT/APAS, que tratava de inclusão de um iridologista na Comissão Intersetorial de Integração Terapêutica. O Plenário não aprovou a recomendação e solicitou que a recomendação fosse devolvida à CT/APAS, informando à mesma sobre a composição da CTIT. O Coordenador-Geral do CNS, informou da proposta da Comissão Técnica dos Usuários dos Serviços de Saúde para mudarem a Coordenação desta comissão, o nome

proposto seria Vera Lúcia Baroni, o Plenário aprovou a indicação. Recomendação no. 01/94 da CT/USS, que tratava da composição do CNS respeitando a IX Conferência Nacional de Saúde. O Conselheiro Amorim solicitou que esta recomendação fosse remetida a Comissão do CNS, encarregada de avaliar a questão da composição do Plenário. O Conselheiro Swedenberger concordou e solicitou que todos os documentos referentes à alteração da composição fossem enviados a esta comissão. O Plenário optou por reformular a comissão, ficaram fazendo parte da comissão os conselheiros: Zilda, Dellape, Jocélio, Arlindo, Ana Maria. O Conselheiro Jocélio solicitou que a Comissão escolhida pelo Plenário do CNS concluísse seu trabalho para ser apresentado na reunião de outubro. O Plenário acatou a sugestão do conselheiro Jocélio. Recomendação no. 02/94 da CT/USS, que tratava da alteração da comissão de usuários. O conselheiro Swedenberger considerou importante que as entidades que estavam sendo propostas a retirada da comissão fossem notificadas e questionadas de sua permanência, e se havia interesse de continuarem participando da mesma. Somente após as respostas destas entidades é que o Conselho poderia deliberar sobre o assunto. A proposta do conselheiro Swedenberger foi aceita pelo Plenário. Mesa Nacional de Negociação - O conselheiro Jocélio fez a apresentação do tema e informou aos demais conselheiros que o Ministro havia homologado a Resolução no. 111, propondo a criação de mesas de negociação em estados e municípios. Item 06 - PROGRAMA DE RENDA M NIMA - O Senador Eduardo Suplicy fez a apresentação da matéria ao Plenário. O Conselheiro Jocélio relator do tema, propôs o aprofundamento do debate em setembro, retomando-se o assunto para que o CNS se manifestasse, contribuindo para o projeto como um todo na parte de controle social. O Plenário aprovou a proposta do conselheiro Jocélio. Encerrado o assunto passou-se ao Item 07 - APLICAÇÃO DA VACINA ANTI-HIV - A conselheira Rosemary agradeceu a presença da Dra. Lair Guerra, Coordenadora da DST/AIDS, e seus técnicos para dar os devidos esclarecimentos, apresentando dez pontos a serem abordados pelos expositores. Em seguida a Dra. Lair Guerra juntamente com seus assessores, Dr. Euclides e Dr. Galvão, fizeram a exposição do assunto. Ao final do tema apresentado a Conselheira Rosemary solicitou a presença, na próxima reunião, dos Coordenadores do Programa do Sangue. Item 8 - RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - O conselheiro Swedenberger achou que não era pertinente a análise destas resoluções pelo Plenário, a menos que estas estivessem gerando conflitos. A opinião do conselheiro Swedenberger foi acatada pelo Plenário. Item 09 - TERCEIRIZAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE - O conselheiro Jocélio introduziu o assunto, ressaltando como exemplo a questão do convênio entre a Associação Paulista de Medicina e a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, que obteve repercussão nacional. Para esclarecimentos dos demais, foram convidados a participarem do debate o Secretário Municipal de Saúde de São Paulo, Dr. Silvano Raia, o Presidente da Associação Paulista de Medicina, Dr. José Knoplich e a Conselheira Ana Maria, representante do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo. Todos os três representantes fizeram sua apresentação expondo, cada um, o seu ponto de vista em relação ao assunto. O Conselheiro Jocélio agradeceu a apresentação dos três representantes e solicitou que o debate sobre o assunto prosseguisse em outras reuniões, convidando o Sindicato dos Médicos de São Paulo para o debate e solicitando o parecer jurídico sobre o assunto, o que foi aprovado pelo Plenário. O Conselheiro Gilson Carvalho propôs que o Plenário aprovasse Resolução sobre a matéria, tendo como conteúdo básico a obediência da lei e que as contratações não deveriam sair do âmbito da gestão. A Resolução foi aprovada pelo Plenário. Item 11 - APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES NA ÁREA DA SAÚDE - O conselheiro Amorim apresentou seu parecer favorável em relação ao curso de Educação Física, da Faculdades Unidas do Norte de Minas. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro Amorim, deferindo o curso. O Conselheiro Aboim solicitou o indeferimento do curso de Farmácia, da Sociedade Educacional do Triângulo Mineiro, já que o CES - MG havia dado parecer contrário a abertura daquele curso. O Plenário acatou a solicitação do conselheiro

Aboim, indeferindo o curso. O conselheiro Amorim leu seu parecer favorável ao curso de Odontologia da Faculdades Unidas do Norte de Minas. Em seguida, o conselheiro Swedenberger justificou seu parecer contrário à abertura daquele curso. O coordenador-geral do CNS colocou em votação os dois pareceres. O parecer do conselheiro Swedenberger foi o vencedor, indeferindo o curso de Odontologia da Faculdades Unidas do Norte de Minas. O conselheiro Rodolfo apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Psicologia da Associação Educativa Evangélica. O conselheiro Jocélio pediu vistas do processo. O conselheiro Rodolfo apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Educação Física, da Instituição de Assistência Social e Educacional do Araguaia. O parecer do conselheiro Rodolfo foi aprovado pelo Plenário, deferindo o curso. A conselheira Ana Maria apresentou seu parecer contrário à abertura dos cursos de Psicologia, da Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo, da Associação de Ensino Superior de Aracaju e da Associação Educacional e Cultura Sergipe Del Rei. O parecer da Conselheira foi aprovado pelo Plenário, indeferindo os três cursos. O Conselheiro Sabino apresentou seu parecer contrário à abertura do curso de Educação Física, da Associação Educacional e Cultura Nossa Senhora do Socorro. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro Sabino, indeferindo o curso por ele relatado. A conselheira Ana Maria apresentou seu parecer contrário à abertura do curso de Psicologia, do Centro Norte Riograndense de Ensino Superior, baseado no parecer do Conselho Estadual de Saúde do RN. O parecer da conselheira Ana Maria foi aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. A conselheira Ana Maria apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Fisioterapia da Associação Potiguar de Educação e Cultura. O parecer da conselheira Ana Maria foi aprovado pelo Plenário, deferindo o curso. A conselheira Ana Maria apresentou seu parecer contrário à abertura do curso de Odontologia da Associação Potiguar de Educação e Cultura. O Plenário aprovou o parecer da conselheira, indeferindo o curso. O conselheiro Jocélio apresentou seu parecer contrário à abertura dos cursos de Psicologia, da Associação Rio Poty de Ensino Superior e da Associação Teresinense de Ensino Superior, constatando absoluta falta de dados para subsidiar qualquer parecer. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro, indeferindo os referidos cursos. O conselheiro Jocélio apresentou seu parecer favorável à abertura do Curso de Enfermagem da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro, deferindo o curso. O conselheiro Seixas apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Alimentação e Nutrição, da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Adamantina. A conselheira Albaneide pediu vistas deste processo apresentado pelo conselheiro Seixas. Item 10 - SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA - O conselheiro Carmino fez a explanação do tema, apresentando proposta de Minuta de alteração do Decreto 1105, e teve a colaboração da Dra. Lenir Santos, assessora jurídica da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, na sua exposição, explicando que era a favor de um sistema de auditoria, mas não de caráter policial, como estava explicitado no decreto acima mencionado, mas sim para avaliar, controlar e punir, quando houvesse necessidade. A proposta de Resolução apresentada pelo Conselheiro Carmino de alteração do Decreto 1105 foi aprovada pelo Plenário. O conselheiro Justino solicitou a convocação para a próxima reunião da Coordenação de Saúde Mental. Apresentou proposta de resolução sobre o teste do pézinho e a obrigatoriedade da presença do Pediatra na sala de parto. O Plenário entendeu que a Materno-Infantil devesse analisar e que trouxesse conclusão para apreciação. A conselheira Zilda, Coordenadora da Materno Infantil, solicitou que a resposta fosse dada em setembro por uma questão operacional da sua área. A conselheira Rosemary solicitou que constasse da pauta o relatório da Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas. O conselheiro Arlindo solicitou que constasse da pauta o Orçamento de 1995. O Coordenador-Geral fez a distribuição dos novos cursos, o conselheiro Jocélio ficou sendo relator dos Cursos de Fisioterapia e Psicologia, da Universidade Salgado de Oliveira - Niterói; o conselheiro Aboim ficou sendo relator dos cursos de Fonoaudiologia, Odontologia e Fisioterapia da Associação de Ensino de Campo Grande-RJ; o conselheiro Carmino, ficou relator do curso de Medicina

Veterinária da Universidade Camilo Castelo Branco. O conselheiro Rodolfo solicitou que constasse na pauta a Comissão Mista CFE/CNS, que ficou de estudar a questão da competência dos conselhos para abertura de novos cursos. O Coordenador-Geral do CNS deu por encerrada a reunião. Justificaram suas ausências os conselheiros Santini, Leni May e Carlos Eduardo Ferreira. Estiveram presentes os conselheiros: Augusto Alves de Amorim, Newton de Araújo Leite, José Justino Alves Pereira, Raquel Ribeiro Szpoganicz, Valter Chaves Costa, Ana Maria Lima Barbosa, Rosemary Lumena Berol da Costa, Ely Toscano Barbosa, Chafic Wady Faraht, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Gilson de Cássia Marques de Carvalho, Zilda Arns Newman, Francisco Ubiratan Dellape, Ernani Vitorino Aboim e Silva, José Carlos Seixas, Laura Regina M. F. Lemos Duarte, Jocélio Henrique Drummond, Omilton Visconde, Carlos Eduardo Ferreira, Danilo Lins Cordeiro Campos, Antonio Sabino dos Santos, Gilson Cantarino O'Dwyer, Vitalina J. Batista Dias da Silva, Arlindo F bio Gomez de Sousa, Ricardo Ackel, Eurípedes Balsanufu Carvalho, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Carmino Antonio de Sousa e Albaneide Maria Lima Peixinho.